

## CONSELHO GERAL

### Ata Número Cinquenta e Seis

----- Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a dezassete de outubro do ano de dois mil e dezanove.-----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, folha que faz parte integrante desta ata. -----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, dos Senhores Conselheiros António Reis, António Trindade, Helder Lopes, Paulo David e Viriato Soromenho-Marques.-----

----- Nesta altura registou-se a ausência temporária da Sra. Conselheira Ana Jardim e dos senhores conselheiros André Barreto e Carlos Valente.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da ata número cinquenta e cinco do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou, aos senhores conselheiros presentes, se tinham alguma observação a fazer ou alteração a propor à ata. Nada havendo a registar, foi a ata número cinquenta e cinco do Conselho Geral votada e aprovada por zero votos contra, uma abstenção e doze votos a favor. -----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho as seguintes informações: -

- a) Candidaturas aos 1.º ciclos de estudos da UMa, no âmbito do Concurso Nacional de Acesso, e aos cursos técnicos superiores profissionais. O Sr. Reitor mostrou a sua satisfação com os resultados do Concurso Nacional de Acesso nas diferentes fases e nos diferentes ciclos de estudo, por se ter registado um considerável aumento no preenchimento das vagas, tendo-se verificado o melhor resultado dos últimos doze anos. -----
- b) Proposta de majoração do financiamento das universidades dos Açores e da Madeira pelo Orçamento do Estado. Neste ponto, o Sr. Reitor referiu que, no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove se tinha previsto, pela primeira vez, a hipótese de uma majoração do financiamento das universidades dos Açores e da Madeira, encarregando o Governo da República de realizar os respetivos

estudos. O Sr. Reitor referiu ainda que, não obstante, as Reitorias das duas universidades realizaram os seus próprios estudos, tendo chegado a uma proposta que foi entregue ao Ministério da Tutela e aos órgãos de governo das duas regiões, bem como aos partidos políticos com implantação regional, proposta que apresentou aos conselheiros, de forma sucinta. Atualmente, os dois reitores continuam a desenvolver esforços no sentido que essa majoração seja concretizada já no orçamento para dois mil e vinte. -----

- c) Outras informações. Neste ponto, o Sr. Reitor trouxe ao Conselho documentação emanada do CRUP relativamente à definição de uma agenda política para promoção do Ensino Superior, bem como informou o Conselho sobre a publicação da Lei número setenta e cinco de dois de setembro de dois mil e dezanove, que “estabelece mecanismos de regularização de dívidas por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas”, tendo adiantado que a Universidade da Madeira irá informar os alunos que possam usufruir deste mecanismo. Neste ponto, o Conselho foi ainda informado pelo seu Presidente, de uma nota recebida da Comissão do Conselho Geral para os “Assuntos Financeiros e Solidariedade Social” que, considerando a sua preocupação com a situação financeira da UMa propõe a adoção de indicadores de cálculo para uma análise que se propõe fazer, mais alargada da situação. Alertou ainda o Conselho para a importância da participação em cerimónias como as Sessões Solenes na UMa que, pelo formato que apresentam, se podem constituir como profícuos espaços de contacto. Para todos os pontos foi aberto o debate que contou com larga participação dos senhores conselheiros. -----

----- Nada mais havendo a informar, o Sr. Presidente do Conselho Geral deu seguimento à Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Fixação das propinas para o ano letivo 2020/21**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho os esclarecimentos necessários sobre a fixação das propinas para o ano letivo de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um. O Sr. Reitor explicou que o assunto fora debatido e aprovado em Senado. Concluída a exposição pelo Sr. Reitor foi aberto o debate, tendo o assunto sido largamente discutido. Os montantes anuais das propinas, para o ano letivo 2020/21, são fixados nos valores abaixo descritos<sup>1</sup>: -----

---

<sup>1</sup> Os montantes indicados poderão não se aplicar a cursos alvo de protocolos específicos.

○ **Cursos técnicos superiores profissionais:**

700,00 €, ou o valor que seja fixado como o valor da propina máxima para os ciclos de estudos conducentes ao diploma de técnico superior profissional em 2020/21, caso este seja inferior a 700,00 €.

○ **1.ºs ciclos de estudos:**

O valor que seja fixado como o valor da propina máxima para os 1.ºs ciclos de estudos em 2020/21.

○ **2.ºs ciclos de estudos:**

Para os ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre, quando a sua conjugação com um ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciado seja indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional:

O valor das propinas dos 1.ºs ciclos de estudos em 2020/21.

**Para os restantes ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre:**

Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo a seguir indicados:

- i. Mínimo – 1.070,00 €;
- ii. Máximo – 4000,00 €.

○ **3.ºs ciclos de estudos:**

Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo a seguir indicados:

- i. Mínimo – 1.500,00 €;
- ii. Máximo – 5.000,00 €.

○ **Outros ciclos de estudos e programas de formação não conferentes de graus, com duração igual ou superior a 60 ECTS:**

O valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, deverá ter em conta os custos envolvidos, não podendo ser inferior ao valor que seja fixado como o valor da propina máxima para os 1.ºs ciclos de estudos em 2020/21.

○ **Estudantes internacionais<sup>2</sup>:**

- a) Cursos técnicos superiores profissionais – 1070,00 €;
- b) 1.ºs ciclos de estudos – 4000,00 €;
- c) 2.ºs ciclos de estudos – 4000,00 €;
- d) 3.ºs ciclos de estudos – igual ao valor da propina do estudante nacional.

----- Número máximo de prestações para o pagamento do montante anual das propinas:  
dez. --- -----

<sup>2</sup> Os montantes indicados poderão ser reduzidos no âmbito de protocolos específicos, mas não poderão ser inferiores ao valor das propinas dos estudantes nacionais e dos estudantes provenientes de outros Estados da União Europeia.

----- Os montantes anuais propostos para as propinas da Universidade da Madeira, no ano letivo de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um foram discutidos, votados e aprovados por maioria, com dois votos contra, uma abstenção e treze votos a favor, tendo os senhores conselheiros Carina Alves e Lisandro Marote feito uma declaração de voto que se anexa a esta ata - **deliberação número duzentos e trinta e oito/Conselho Geral/Universidade da Madeira.** -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **AUP - Associação das Universidades Portuguesas.** Neste ponto, o Sr. Presidente convidou o Sr. Reitor a explanar ao Conselho a proposta apresentada em que esta, de acordo com o artigo vigésimo terceiro dos Estatutos da AUP, só pode ser extinta mediante deliberação da Assembleia Geral, que regulará ainda o processo de liquidação e o destino do património remanescente. O Sr. Reitor explanou igualmente os motivos da proposta apresentada e, na qualidade de membro desta Associação, foi proposto ao Conselho Geral que a Universidade da Madeira se pronunciasse favoravelmente à extinção da AUP nos termos dos seus Estatutos. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade - **deliberação número duzentos e trinta e nove/Conselho Geral/Universidade da Madeira.** -----

----- Neste momento registou-se a ausência do Sr. Conselheiro André Barreto. -----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Património da Universidade da Madeira.** Para este ponto foi convidado o Sr. Administrador da Universidade da Madeira, Dr. Ricardo Gonçalves, que explicou ao Conselho a documentação anexa e os procedimentos adotados. Concluída a intervenção do Sr. Administrador foi aberto o debate que foi alargado e registou grande participação. O Conselho decidiu unanimemente ser necessário solicitar-se mais um ou dois pareceres técnicos de avaliadores e sugeriu que as Comissões do Conselho Geral para a “Imagem, Cultura e Património” e “Assuntos Financeiros e Solidariedade Social” se poderiam igualmente pronunciar sobre o assunto - **deliberação número duzentos e quarenta/Conselho Geral/Universidade da Madeira.** -----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Recursos docentes (contratações, concursos e concursos para promoção) - 2019 e 2020.** Neste ponto o Sr. Presidente convidou o Sr. Reitor a explicar ao Conselho o documento facultado, tendo o Sr. Reitor explicado que a recente proposta vem na sequência da possibilidade de realização de concursos internos, competitivos, para as categorias de professor associado e catedrático, possibilidade permitida durante dois mil e dezanove pelo Decreto-Lei da Execução Orçamental de dois mil e dezanove, que permite que a Universidade se possa aproximar, um pouco mais, da exigência de cinquenta por cento de professores associados e catedráticos nos professores

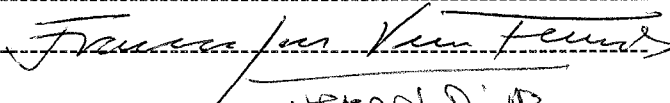
de carreira universitária. Concluída a explanação da proposta, o Sr. Reitor disponibilizou-se para prestar todos os esclarecimentos solicitados. Aberto o debate, este foi alargado e participado, tendo os senhores conselheiros João Rodrigues e Luiz Lopes apresentado declarações de voto e manifestado conflito de interesse e a Sra. Conselheira Manuela Gouveia afirmou que, por ser parte interessada, não participaria da votação. O documento proposto foi votado e aprovado por maioria com três votos contra, três abstenções e oito votos a favor - **deliberação número duzentos e quarenta e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira.** -----

----- **Ponto sete da ordem de trabalhos, Proposta de aprovação do ISOPLEXIS como projeto estratégico e do seu regulamento interno.** Devido ao adiantado da hora, este ponto foi adiado para futura reunião. -----

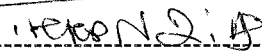
----- **Ponto oito da ordem de trabalhos, Outros assuntos.** Nada houve a acrescentar.-

----- Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. Nestes termos, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----

-----  
Francisco José Vieira Fernandes



Teresa Maria de Moura Portugal Norton Dias



## DECLARAÇÃO DE VOTO

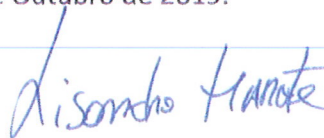
Enquanto membros Representantes dos Estudantes no Conselho Geral da Universidade da Madeira, apresentamos a seguinte Declaração relativamente ao **nosso voto contra Fixação das Propinas para o Ano Letivo 2020/21**, ponto 3 da Ordem de Trabalhos da reunião do Conselho Geral da Universidade da Madeira realizada no dia 24 de Outubro de 2019, posição esta fundamentada pelas seguintes considerações:

1. Tendo por base o atual Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudos a Estudantes do Ensino Superior, no Artigo 15.º ponto 4 e ponto 6, este refere que no caso do estudante ser-lhe atribuído somente a bolsa de estudo mínima, o valor desta é efetuado com base no valor da propina máxima fixada para o 1º ciclo de estudo.
2. Para o estudante que lhe seja atribuído o valor da bolsa de estudo mínima, e que esteja inscrito no 2º ciclo de estudo conducente ao grau mestre, irá receber somente 871,52 Euros, valor esse que não cobre o valor da propina mínima do 2º ciclo de estudos fixado no valor de 1.070,00 Euros.
3. Face a estes factos, os estudantes que se encontram com estas características descritas, terão que suportar a diferença existente entre a bolsa de estudo mínima e a propina mínima fixada para 2º ciclo de estudos, diferença essa no valor de 198,48 Euros.
4. Por fim e não menos relevante, salientar e reforçar os dados obtidos através do Relatório de Gestão Consolidado, relativamente à percentagem de alunos na Universidade da Madeira com bolsa de estudo, cerca de 42%, onde desta amostra mais de 50% recebe somente a bolsa de estudos mínima. Também salientar o estudo lançado a 18 de Outubro de 2019 pelo Observatório da Vida Estudantil, onde demonstra as dificuldades sentidas pelos alunos da Universidade da Madeira, onde releva que a maior despesa destes é a propina, e que o atual sistema de apoio ao Ensino Superior não está capaz de abranger como deveria os estudantes com carências económicas.

Funchal e Universidade da Madeira, em 24 de Outubro de 2019.



(Carina Sofia Barcelos Alves)



(Lisandro Henrique Gouveia de Olim Marote)



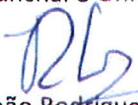
### Declaração de Voto

Eu, João Manuel Cunha Rodrigues, membro do Conselho Geral da Universidade da Madeira, voto contra esta proposta por entender que:

1. As circunstâncias que levaram à aprovação, em 3/12/2018 e pelo Conselho Geral, da Proposta de abertura de vagas ao longo de 2019 a 2021 encontram-se alteradas face ao Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, nomeadamente do seu artigo 77º e, como tal, o Conselho Geral deveria ter sido previamente ouvido sobre este assunto;
2. O Conselho Geral não aprovou a conversão de concursos externos em concursos internos, pelo que a proposta aprovada em 03/12/2018 se mantém em vigor;
3. Foram realizados procedimentos internos de consulta e deliberação para a apresentação de "propostas de áreas disciplinares a considerar nesses concursos"(documento em anexo) sem que esta proposta tivesse sido aprovada nos órgãos próprios e sem que todas as Faculdades se pudessem manifestar nas mesmas condições;
4. A proposta discutida agrava as injustiças entre Faculdades e Departamentos, não é suportada por uma visão estratégica de desenvolvimento da UMa, pouco modifica o status quo existente (continuamos na globalidade bem abaixo da quota de um mínimo de 50% de Professores Catedráticos e Associados), reforça a endogamia e impede o rejuvenescimento dos quadros da instituição no curto prazo.

E por, finalmente, a proposta agora discutida e aprovada não contabilizar o número mínimo de professores associados e catedráticos necessários para a acreditação destes ciclos de estudos, não considerar o maior tempo de serviço docente por tempo indeterminado e por não contabilizar o limite que resulta do artigo 42º da Lei do Orçamento de 2019 (Lei 71/2018 de 31 de dezembro) que refere que "as instituições de ensino superior públicas podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer -se, desde que as despesas com pessoal em 2019 não aumentem mais do que 3 % face ao ano anterior.

Funchal e Universidade da Madeira, 24 de Outubro de 2019

  
João Rodrigues

Anexo  
Declaração  
data 24/10/2019  
R. L. J.

BN  
JH



UNIVERSIDADE da MADEIRA

Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia

Conselho Científico Restrito

Ata número cinquenta e cinco

----- Ao décimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, pelas catorze horas e trinta minutos, na sala dois ponto cento e nove da Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia (FCEE), situada no piso dois do Campus da Penteada, o Conselho Científico Restrito da FCEE da Universidade da Madeira (UMa), com os Professores de categoria igual ou superior à de Professor Associado e que não se encontram em período experimental conforme convocatória (em anexo) efetuada a nove de setembro do ano de dois mil e dezanove pelo Professor José Manuel Baptista, na qualidade de Presidente da Faculdade. A reunião foi secretariada pela Professora Rita Sá Fernandes. -----

----- Estiveram presentes os membros do Conselho Científico que constam do mapa de presenças (em anexo), folha que faz parte integrante desta ata. -----

----- Esta reunião foi convocada tendo como ordem de trabalhos: "1. Proposta de área(s) disciplinar(es) para o concurso para promoção à categoria de Professor Associado para o Departamento de Engenharia Eletrotécnica; 2. Proposta de área(s) disciplinar(es) para o concurso para promoção à categoria de Professor Associado para o Departamento de Física; 3. Proposta de área(s) disciplinar(es) para o concurso para promoção à categoria de Professor Associado para o Departamento de Matemática."---

----- Aberta a sessão com quatro Conselheiros e após algum debate, o Professor Mikhail Benilov solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos: "1. Critérios para definição de áreas disciplinares nos concursos internos para promoção à categoria de Professor Associado na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira". O Presidente colocou esta proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, através de votação nominal, por unanimidade dos Conselheiros.

----- Passou-se ao novo ponto um da ordem de trabalhos "1. Critérios para definição de áreas disciplinares nos concursos internos para promoção à categoria de Professor



Anexo de  
de 29/10/2015  
votos  
R. L.

BW  
JH

Associado na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira". Após um amplo debate, o Presidente colocou à votação alternativa duas propostas: -----

----- "Proposta A - As áreas disciplinares, a propor ao Magnífico Reitor, na abertura de concursos internos para promoção à categoria de Professor Associado, na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira, deverão ser indicadas pela Comissão Científica do Departamento restrita a Professores de categoria igual ou superior a Associado, quando existir, ou pelo conjunto de Professores Associados e Catedráticos do respetivo Departamento"; -----

----- "Proposta B - As áreas disciplinares, a propor ao Magnífico Reitor, na abertura de concursos internos para promoção à categoria de Professor Associado, na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia da Universidade da Madeira, deverão ser todas as áreas disciplinares principais de todos os Docentes de cada Departamento, que reúnam condições para serem opositores aos respetivos concursos. Estas áreas disciplinares principais terão de estar afetas ao respetivo Departamento. Além disso, o conjunto de Professores Associados e Catedráticos de carreira dessa área disciplinar ou do conjunto de áreas disciplinares não pode representar mais de 50 % do total dos professores de carreira." -----

----- Através de votação nominal, a proposta A obteve o voto da Professora Rita Sá Fernandes e a proposta B obteve o voto dos restantes Conselheiros. Assim, a proposta aprovada foi a proposta B. -----

----- No âmbito do novo ponto dois da ordem de trabalhos e na sequência da aprovação da proposta B, do novo ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente colocou à votação propor ao Magnífico Reitor que o concurso interno para promoção à categoria de Professor Associado no Departamento de Engenharia Eletrotécnica seja aberto nas áreas disciplinares de: "Engenharia de Comunicações"; "Engenharia Eletrónica" e "Engenharia Eletrotécnica". A proposta apresentada foi aprovada, através de votação nominal, por maioria dos Conselheiros presentes e voto de abstenção da Professora Rita Sá Fernandes. -----

----- No âmbito do novo ponto três da ordem de trabalhos, e na sequência da aprovação da proposta B, do novo ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente colocou à votação propor ao Magnífico Reitor que o concurso interno para promoção à categoria de Professor Associado no Departamento de Física seja aberto nas áreas

Anexo de  
voto 24/10/2019  
DL

disciplinares de "Física dos Fluidos e dos Plasmas" e "Física Aplicada". A proposta apresentada foi aprovada, através de votação nominal, por maioria dos Conselheiros presentes e voto de abstenção da Professora Rita Sá Fernandes. -----

----- No âmbito do novo ponto quatro da ordem de trabalhos, e na sequência da aprovação da proposta B, do novo ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente colocou à votação propor ao Magnífico Reitor que o concurso interno para promoção à categoria de Professor Associado no Departamento de Matemática seja aberto nas áreas disciplinares de "Matemática Pura"; "Matemática Aplicada e Ciências da Computação"; "Probabilidades e Estatística" e "Ensino da Matemática". Colocada à votação, esta proposta foi aprovada, através de votação nominal, por maioria dos Conselheiros presentes e voto contra da Professora Rita Sá Fernandes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os membros presentes na reunião, sendo assinada pelo Presidente e pelo Secretário da reunião, dando-se por encerrada a reunião, às dezasseis horas. -----

Rita Sá Fernandes

Jose Hamal

Assinatura  
de  
24/10/2019  
NLS



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia

### Reunião do Conselho Científico Restrito

- 11 de setembro de 2019

#### MAPA DE PRESENCAS

Nome	Assinatura
Helena Maria Pires Gaspar Tomás	_____
José Luís da Silva	José Luís da Silva
José Manuel Rocha Teixeira Baptista	José Manuel
Mikhail Benilov	Benilov
Rita Maria César e Sá Fernandes	Rita Sá Fernandes

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Apresento a seguinte Declaração relativamente ao meu voto contra a proposta de abertura de concursos para promoção às categorias de professor associado e catedrático, Ponto 6 (Recursos docentes (contratações, concursos e concursos para promoção) - 2019 e 2020) da ordem de trabalhos da reunião do dia 24 de Outubro de 2019 do Conselho Geral da UMa, fundamentando-se tal voto essencialmente nas seguintes considerações:

1. As propostas de áreas para os concursos internos, pelo menos em alguns casos, não seguiram os trâmites procedimentais e não foram aprovadas nos órgãos próprios, tendo sido tais vagas definidas com base em critérios pouco claros e não homogêneos (e que parecem não corresponder ao espírito do legislador), o que só contribui para alimentar a lógica de clientelismo que tem sido dominante na gestão desta Instituição e que tantos danos tem causado e ainda irá causar à nossa Universidade.
2. Tal lógica fica evidente quando se propõe a abertura de vagas (pelo menos em dois departamentos) para candidatos que têm formação académica e actuação em áreas do conhecimento completamente distintas, não passíveis de comparação directa, ao mesmo tempo em que se recusa a abertura de uma vaga num outro departamento para candidatos claramente da mesma área, alegadamente por não ser esta a área *core* do departamento em causa, diferenciação esta entre áreas de um mesmo departamento que não consta em nenhum documento aprovado nesta casa. Ou seja, propõe-se a abertura de vagas onde, claramente, força-se artificialmente a existência de opositores, recusando-se a abertura de vagas onde estes claramente existem.
3. Mais do que isso, algumas informações, associadas à referida lógica há muito presente, levam a supor que, nos concursos internos a serem abertos, os critérios de avaliação e seriação dos candidatos venham a valorizar demasiadamente as actividades de serviço académico e gestão universitária, em detrimento das actividades de investigação e valorização do conhecimento, quando estas deveriam corresponder, no mínimo, a uma ponderação de 50%.



4. Pelas mesmas razões, supõe-se igualmente que, nos concursos internos a serem abertos, acabarão por ser considerados aprovados em mérito absoluto candidatos com classificações significativamente baixas, correspondentes, em termos percentuais, a um desempenho classificado como Bom de acordo com o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade da Madeira, quando deveria ser exigido, para um candidato a uma posição superior na carreira docente universitária ou politécnica, uma classificação no mínimo igual a 80% para que o mesmo pudesse ser considerado aprovado em mérito absoluto (classificação esta que corresponde, em termos percentuais, a um desempenho considerado como Muito Bom ou Excelente de acordo com o referido Regulamento).
5. As vagas propostas não permitirão atingir o percentual mínimo de 50% de docentes nas duas posições mais altas da carreira a ser (dentro de relativamente pouco tempo) exigido para a criação e o oferecimento de cursos superiores em Portugal.
6. Além disso, não existe uma visão estratégica por trás da proposta de abertura de vagas, tanto no caso dos concursos internos, ora em causa, quanto de concursos abertos ao abrigo do ECDU.
7. Finalmente, as vagas aprovadas por maioria pelo Conselho Geral na reunião de Dezembro de 2018 foram propostas pela Reitoria ao abrigo do disposto no ECDU, correspondendo assim a concursos internacionais, e não ao abrigo do Decreto-Lei 84/2009, não tendo sido aprovada pelo Conselho Geral a sua conversão em vagas para concursos internos.

Funchal e UMa, 24 de Outubro de 2019.



Luiz Guerreiro Lopes